



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo nº: **0001681-05.2013.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Execução de Título Extrajudicial - Cheque**
 Requerente: **Jorge Miguel Nucci Filho**
 Requerido: **Ongaro & Barros Ltda**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de embargos à execução que está fundada em um cheque.

Alega a embargante que a dívida nele cristalizada foi saldada regularmente, mas sua explicação não merece acolhimento.

Com efeito, o contrato de fls. 54/57 evidencia transação entre a embargante e **JORGE MIGUEL NUCCI FILHO** por meio da qual ela se comprometeu a pagar-lhe várias prestações no importe de R\$ 3.500,00 cada uma.

Diante disso, e ainda que se reconheça a ligação entre esse ajuste e o título exequendo, não se pode afirmar com mínima convicção que os pagamentos indicados a fls. 36 e 37 tivessem liame com o mesmo e muito menos se destinassem à sua quitação.

Como se não bastasse, não é crível que a embargante adimplisse a obrigação a seu cargo e não tomasse providência alguma para a restituição da cártula em apreço, o que seria de rigor naquela hipótese.

A conjugação desses elementos firma a certeza de que a embargante não logrou desconstituir os atributos inerentes ao cheque trazido à colação, cuja emissão não negou e em relação ao qual não invocou vício intrínseco que os maculasse.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

A rejeição dos embargos é, portanto, a alternativa mais consentânea com o que se extrai dos autos.

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTES** os embargos, mas deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

Oportunamente, prossiga-se na execução.

P.R.I.

São Carlos, 06 de novembro de 2013.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA